

INFORMATIVO bancário



bancariosdf.com.br | Brasília, 14 de novembro de 2022 | Edição 1.530



O BRASIL DA ESPERANÇA RESSURGE PELO VOTO POPULAR. VITÓRIA DA CLASSE TRABALHADORA

A RECONSTRUÇÃO DO PAÍS PASSA PELO RESGATE DOS BANCOS PÚBLICOS COMO AGENTES DE POLÍTICAS PÚBLICAS E INDUTORES DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, COM FOCO IMEDIATO NA RECUPERAÇÃO DA INDÚSTRIA E NA AJUDA ÀS FAMÍLIAS ENDIVIDADAS E AOS MEIS.

O ajuste na rota da história brasileira já está sendo conduzido por um pernambucano metalúrgico, e a disputa presidencial, finalizada em 30 de outubro, marca o início de novos tempos para o Brasil (e por que não dizer para o mundo?). Em um retumbante aceno à retomada da democracia plena, do respeito às instituições e às liberdades, da preservação do meio ambiente e dos demais patrimônios do povo, brasileiros e brasileiras têm um novo presidente. Luiz Inácio Lula da Silva assume o Palácio do Planalto em 1º de janeiro de 2023 num histórico terceiro mandato e garante reaver os direitos usurpados nos dois últimos governos.

O Brasil da Esperança, projeto vencedor nas urnas com mais de 60 milhões de votos, já começa a ser posto em prática na transição de governo com medidas de socorro a um país vitimado pela fome. A volta do Bolsa Família, o maior programa de transferência de renda do mundo, aponta para um mandato que direciona as forças do Estado para o benefício dos brasileiros e brasileiras. A aposta do governo Lula nesta política pública, e em tantas outras abandonadas ou sucateadas pela atual gestão, é na reconstrução de um país que, até 2016, era reconhecido nacional e internacionalmente por seus significativos feitos econômicos e sociais.

Para essa tarefa da reconstruir o Brasil e oferecer vida digna ao seu povo, é unânime o reconhecimento do imprescindível papel a ser desempenhado pelos bancos públicos. “Banco do Brasil, Caixa e BNDES saem da linha de fogo, livrando-se da ameaça de privatização, e passam a desempenhar de forma efetiva o papel de agentes de políticas públicas e de indutores do desenvolvimento econômico e social, com foco imediato na ajuda às famílias endividadas e aos Microempreendedores Individuais (MEIs), assim como na recuperação da indústria nacional”, destaca o presidente do Sindicato, **Kleyton Morais**.

Volta ao cenário internacional

Depois do golpe de Estado contra a presidenta Dilma Rousseff e de quatro anos de um presidente despreparado e desastroso, do ponto de vista social, econômico, internacional e ambiental, o Brasil mira na reversão dos prejuízos desses períodos sombrios. A volta ao cenário mundial, por exemplo, já teve demonstrações nas primeiras horas após a confirmação do resultado das urnas: dezenas de chefes de Estado comemoraram a vitória de Lula, confirmando que o alívio pelo fim do mandato de Bolsonaro em 2022 também chegou à comunidade internacional.

Os desafios são muitos, vistos os estragos e, por vezes, a inação do atual governo. Lula assume a presidência de um país que amarga o desinvestimento público em todos os setores durante anos. As empresas públicas sofreram ataques, assim como seus trabalhadores; a política de preço dolarizada aumentou os combustíveis e a carestia dos alimentos empurrou o povo brasileiro à insegurança alimentar e ao mapa da fome.

Agenda trabalhista

A classe trabalhadora, cuja pauta foi absorvida pelo plano de governo do presidente eleito, anseia pela revisão e correção das nefastas “reformas” na legislação trabalhista, encaminhadas pelos governos de Temer e Bolsonaro. Ataques contumazes à proteção dos trabalhadores e trabalhadoras, as mudanças transformaram as relações de trabalho para pior e expuseram aqueles que constroem o país aos desmandos do patrão.

Tema que gerou muitas fake news por parte dos apoiadores do atual presidente durante a campanha eleitoral, mas nenhuma efetividade no seu

aumento real em quatro anos de mandato, o salário mínimo deve ser reajustado acima da inflação em 2023. A proposta do novo governo é, ainda na transição, garantir aumento real no salário mínimo e no Auxílio Brasil.

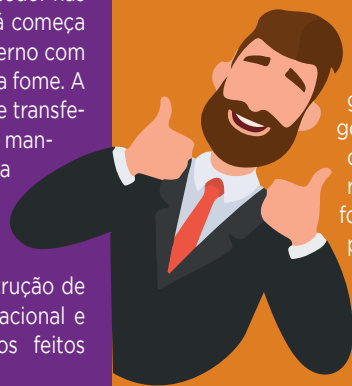
Em setembro, o Comando Nacional dos Bancários publicou um manifesto se posicionando contrário ao então candidato à reeleição Jair Bolsonaro, sob o argumento de que “o governo do atual presidente promove ataques continuados aos direitos dos trabalhadores, ao patrimônio público, às instituições e à soberania nacional, com claro viés antidemocrático”. O documento ainda apresentava várias razões para não votar em Bolsonaro.

Lula eleito presidente, a categoria bancária vis-

lumbra o fortalecimento dos bancos públicos, já que estes são ferramentas imprescindíveis na recuperação econômica do país. Bandeira de luta permanente da classe trabalhadora, é a manutenção dos bancos como públicos que garantirá o crédito aos pequenos produtores, o financiamento de pequenas e médias empresas, a viabilidade de programas como Minha Casa, Minha Vida e o Bolsa Família, por exemplo.

“As urnas consagram a retomada de um ambiente democrático para a discussão de temas centrais do mundo do trabalho, com participação efetiva dos sindicatos na construção de entendimentos que resguardem os direitos dos trabalhadores. Ataques a conquistas dos bancários e bancárias, como a jornada legal de trabalho, têm seus efeitos reduzidos dentro dessa nova atmosfera.

Muitas pautas já encontram espaço para avançar, caso da revisão da tabela do Imposto de Renda. E abre-se espaço ao diálogo - entre trabalhadores, empregadores e poder público -, para fazer frente aos impactos tecnológicos decorrentes da automação e dos novos arranjos na organização do sistema financeiro, de forma a impedir a corrosão dos direitos, da renda e dos empregos da categoria bancária”, pontua o presidente do Sindicato, **Kleyton Morais**.



EUSTÁQUIO RIBEIRO

DIRETOR DA FETEC/CUT



DISCORDO, O PAÍS NÃO ESTÁ DIVIDIDO

Repete-se diuturnamente o mantra de que o país está dividido, o que fomenta no imaginário a simbologia de que está meio a meio entre grupos que se igualam, e que se odeiam. Eu discordo deste mantra, desta afirmação. E por razões simples. Vamos a elas.

Antes de listar alguns argumentos que evidenciam minha discordância quanto a esta suposta divisão, cabe desmistificar a ideia de que há uma equivalência entre apoiadores de Lula com um grupo barulhento e raivoso de apoiadores de Bolsonaro, e é importante frisar que compõem efetivamente a minoria daqueles que o sufragaram. É imensa a diferença entre estes, na medida em que o que caracteriza os apoiadores de Lula é a defesa intransigente da democracia e de valores sociais de igualdade e fraternidade entre todos, ao passo que os raivosos e barulhentos apoiadores de Bolsonaro invocam o autoritarismo, o preconceito de toda sorte, o ódio, o rancor e o medo. Ou seja, há uma diferença abissal a separar estes eleitores.

Quanto à suposta divisão, primeiro façamos uma conta simples: estima-se que no Brasil existam hoje aproximadamente 215 milhões de habitantes. Destes, aproximadamente 156 milhões são eleitores. Bolsonaro conseguiu, dentre os eleitores votantes, 58 milhões de votos, o que o coloca com supostos 27% de apoiadores no universo dos brasileiros, se todos fossem "bolsonaristas de carteirinha". Menos de 1/3 da população.

Claro que simbolicamente é forte esta imagem, mas ela não é legítima, e, portanto, não condiz com a verdade.

Analisando por dentro estes supostos 27% de apoiadores, há um outro aspecto que deve ser considerado: embora haja um número assustador de pessoas que apoiem o tipo de política, de comportamento e de valores de Bolsonaro, não significa que 58 milhões de brasileiros concordem com ele e com o que ele representa.

Dentre todo este contingente, há milhões que votaram em Bolsonaro por simplesmente "odiarem" o PT, o que não é um bom sentimento, ter qualquer tipo de ódio, mas, objetivamente, significa que muitos, muitos, votaram contra Lula e não a favor de Bolsonaro.

É preciso considerar também que, infelizmente, milhões de eleitores evangélicos foram induzidos por líderes religiosos (mercadores da fé) mal-intencionados, cujo cristianismo propalado é absolutamente falso e antagônico com o que prega o verdadeiro cristianismo. Não quero aqui diminuir ou ridicularizar estes brasileiros evangélicos que professam a fé através das diversas denominações existentes no país, e que votaram em Bolsonaro. Mas é sabido que grande parte dos evangélicos são pessoas de baixa renda e com baixo acesso a informações fidedignas (não quero aqui discutir o mérito disto), o que os coloca em fragilidade diante destes líderes mal-intencionados que, infelizmente, acabaram induzindo muitos a votarem em Bolsonaro, apoiados especialmente em mentiras (fake news) de fundo moral, na defesa de interesses inconfessáveis cujos fiéis, no geral, desconhecem.

Assim, em uma rápida leitura ainda no calor pós-eleição é que afirmo o porquê de minha discordância com esta máxima de que o país está dividido. Poderia elencar ainda outros argumentos, mas trago de forma inicial estes elementos para a reflexão, inclusive com o intuito de construirmos mecanismos para colocar fim a esta suposta divisão, pois o país é de todos, e, acima do que pode estar provocando esta divisão, reside o interesse de construção de um Brasil mais justo fraterno e solidário, em que vicejem a paz, a defesa da democracia, do meio ambiente e de justiça social.

SINDICATO AGENDA ATENDIMENTO JURÍDICO PARA BANCÁRIOS INTERESSADOS EM UTILIZAR PROTESTO INTERRUPTIVO DE PRESCRIÇÃO

O Sindicato ajuizou, em 2017, ações coletivas de protesto em prol dos bancários e bancárias, visando interromper a prescrição em relação a horas extras, incorporação de gratificação e intervalos, entre outros direitos.

"A Constituição Federal assegura aos empregados ajuizamento de ação quanto a créditos trabalhistas com prazo de prescrição de 5 anos, devendo o direito de ação ser exercido dentro de 2 anos após o desligamento", esclarece **Lais Carrano**, do escritório LBS Advogados, que assessora o Sindicato.

Os beneficiários dos protestos (sindicalizados à época) que queiram utilizar a interrupção da prescrição deverão agendar atendimento jurídico pelo 3366-8100 (LBS Advogados, que assessora o Sindicato).



APÓS DECISÃO DO TST, BB REDUZ JORNADA DE TRABALHO DOS SUPERVISORES DE ATENDIMENTO

Vitória dos supervisores de atendimento do Banco do Brasil. "Após a ação de execução de pagamento das 7ª e 8ª horas, o BB concluiu a decisão judicial e reduziu a jornada desses funcionários de 8 horas para 6 horas diárias, cumprindo os preceitos legais e da decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST)", esclarece o secretário de Assuntos Jurídicos do Sindicato, **Humberto Maciel**.

Anunciada em agosto, a decisão judicial favorece todos os trabalhadores do BB lotados no DF que exercem ou exerceram a função de supervisor de atendimento em

jornada de 8 horas, com o reconhecimento do direito deles à jornada de 6 horas, conforme determina o artigo 224 da CLT, e o respectivo pagamento das 7ª e 8ª horas extras, bem como seus reflexos em 13ª, férias, repouso semanal remunerado, FGTS, licença prêmio e licença saúde.

Sobre a ação em execução para pagamento das 7ª e 8ª horas, os bancários que tiverem direito e fizeram parte do rol desse processo devem entrar em contato com a LBS Advogados Associados, da assessoria jurídica do Sindicato, pelo coletivo@lbs.adv.br ou 3366-8100, para mais informações.

BB: AGENDADA PRIMEIRA REUNIÃO SOBRE TELETRABALHO

A Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB) e o banco realizam no dia 21 a primeira mesa de teletrabalho, dando mais um passo para o cumprimento do compromisso assumido no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2022-2024.

"O teletrabalho é a demanda mais reivindicada pela categoria bancária, e dentro do Banco do Brasil. Em novembro iniciamos as negociações com o BB na intenção de que o programa preexistente seja remodelado e passe a contemplar a maioria dos trabalhadores da empresa, e também avance como solução para a qualidade de vida, o que acaba reverberando em economia e eficiência para o banco", pontua **Zezé Furtado**, secretária de Mulheres do Sindicato e integrante da CEBB.

Pelas regras vigentes, os funcionários podem entrar em trabalho remoto dois dias na semana ou o seu equivalente mensal. E cada departamento pode ter, ao dia, ausência de, no máximo, 30% dos seus trabalhadores em home office, considerando ausências físicas programadas, como férias e abonos.



BRB ESTÁ COTADO PARA RECUPERAR O PAÍS JUNTO AOS DEMAIS BANCOS PÚBLICOS

O resultado das eleições 2022 tira das empresas públicas federais o alvo da privatização, redirecionando-as para um papel central de reconstrução do Brasil, via financiamento da geração de emprego e renda, e acessoriamente na ajuda para que famílias, empresas e MEIs saiam do tacho do endividamento. No DF, o curso para a intensificação do atendimento a essas demandas passa pelo BRB, que, embora seja um banco público distrital, pode e deve atuar para mitigar o endividamento das famílias e empresas brasilienses, por exemplo, além de elevar de patamar a contribuição para um maior desenvolvimento econômico.

A mudança de paradigma em nível nacional, com a derrota do projeto privatista de Jair Bolsonaro e Paulo Guedes, reacende a chama social das empresas e bancos públicos, imprescindíveis para a execução de políticas públicas em favor do povo. No país que voltou ao mapa da fome, que tem quase 80% das famílias endividadas e 30% dos brasileiros em inadimplência, serão os bancos públicos os grandes protagonistas na retomada do poder de compra.

Na capital federal, será o BRB o agente das transformações sociais e econômicas. Promessa de campanha do governador reeleito, o banco público distrital deve seguir o curso do desenvolvimento impulsionado pelo novo governo federal às instituições públicas federais. "O país começa um novo tempo que deve ser marcado pela justiça social e desenvolvimento sustentável. Para o BRB, sob o governo Ibaneis, que, contrariando discursos, privatizou a CEB e promete fazer o mesmo com o Metrô, esperamos que, em face deste novo tempo, o governador desista deste caminho privatista e faça das empresas públicas, em particular do BRB, um poderoso instrumento de políticas públicas voltadas para o atendimento de toda a sociedade do DF", comenta **Robson Neri**, diretor do Sindicato.

IMPRENSA DIVULGA “RELATÓRIO SECRETO” DE ASSÉDIO NA CAIXA

O Jornal Nacional, da TV Globo, veiculou, dia 25/10, uma reportagem sobre o relatório da corregedoria da Caixa sobre as acusações contra Pedro Guimarães, ex-presidente do banco, e informa que existem fortes indícios de que houve realmente assédio moral e sexual. A reportagem informa que o relatório tem 500 páginas e divulgou trechos documento.

Em um dos trechos divulgados pela TV Globo, a corregedoria da Caixa diz que “dos fatos relatados pelos entrevistados e depoentes, corroborados pelos demais elementos de prova, é possível afirmar que há indícios de práticas irregulares de índole sexual. E ao que tudo aponta, teriam sido praticadas de forma reiterada e se utilizando das mais variadas formas de expressão (física, gestual ou verbal) e valendo-se, inclusive, e em especial, da condição de presidente da empresa”.

“A Caixa já foi considerada uma das melhores empresas para se trabalhar. Hoje é palco de escândalos de assédio moral e sexual. Um ambiente permeado de ameaças, onde dissemina-se a política do medo e da opressão. Todas as denúncias recebidas até agora são graves demais e todos os culpados devem ser punidos. O assédio sexual e qualquer forma de violência têm que ser banidos dos ambientes laborais”, cobra **Elis Regina**, dirigente da Fetec-CUT/CN. “Na nossa CCT 2022/2024, foram incluídas cláusulas importantíssimas no combate ao assédio sexual e moral, no âmbito dos bancos. Portanto, a Caixa precisa seguir com rigor o que consta na nossa CCT, evitando assim que abusos como os cometidos por Pedro Guimarães e outros gestores do alto escalão se repitam”.



CAIXA PRETENDE REDUZIR REPRESENTATIVIDADE DOS EMPREGADOS NA FUNCEF

Os diretores da Funcef eleitos pelo movimento ‘Juntos – A Funcef é dos Participantes’, revelam que a representatividade dos participantes da Fundação está sendo alvo de ataques sistemáticos, de forma a reduzir o poder dos legítimos donos do patrimônio, o que pode afetar direitos que os empregados conquistaram ao longo de décadas de luta.

Atualmente, as decisões são tomadas por três diretores indicados pelo governo e dois eleitos pelos empregados, restringindo a representatividade dos participantes e impondo a vontade do governo. Segundo os representantes dos participantes, é possível aos indica-

dos a utilização da vantagem temporária, superveniente do Estatuto, como método desequilibrado para o tratamento de questões sensíveis, sem considerar o ponto dos participantes.

De acordo com o diretor de Benefícios, **Jair Pedro Ferreira**, entre as ameaças colocadas está a retirada de atribuições e áreas dos participantes na gestão da Fundação. “Isso se dá através da modificação das estruturas organizacionais e de cláusulas previdenciárias para retê-las sob controle único e centralizado, podendo torná-las prejudiciais aos participantes e favorável à agenda da patrocinadora”, explicou.

TRABALHADORES DO ITAÚ CONQUISTAM ANISTIA TOTAL DAS HORAS NEGATIVAS

Os trabalhadores do Itaú que não conseguiram compensar as horas negativas até o dia 31 de outubro terão o banco de horas anistiado completamente. A conquista foi negociada entre a COE e a direção do banco, em reunião realizada dia 28 passado.

O acordo de banco de horas negativas foi negociado para garantir os direitos dos trabalhadores afastados ou colocados em regime de rodízio nas agências, por conta da pandemia

de coronavírus. O instrumento de compensação previa que os bancários teriam um período de 18 meses, com limite de duas horas por dia, para compensar as horas que faltavam. Esse acordo seria revisado a cada três meses, podendo ser prorrogado em mais seis, caso os trabalhadores não conseguissem zerar a dívida de horas.

“A notícia foi bem recebida pelos trabalhadores. Tínhamos vários problemas por ter que cumprir a compensação de 2 horas ao dia,

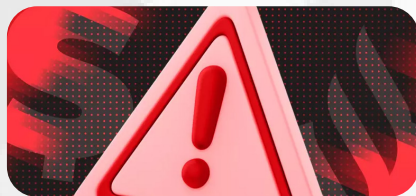
como no caso de mulheres gestantes ou outras que nesse período tiveram seus bebês, além de trabalhadores afastados por doenças. Também tivemos casos até mesmo do próprio banco sem notebook para dispor aos bancários que ficaram em teletrabalho”, explica **Washington Henrique**, diretor da Fetec-CUT/CN.



LUCRO DO SANTANDER NO TERCEIRO TRIMESTRE DE 2022 ACENDE ALERTA

Santander obteve lucro líquido gerencial de R\$ 11,211 bilhões nos nove primeiros meses de 2021, queda de 10,1% em relação ao mesmo período de 2021. No trimestre encerrado em setembro, o banco espanhol lucrou R\$ 3,122 bilhões, queda de 23,5% em relação aos três meses anteriores.

A holding encerrou o terceiro trimestre de 2022 com 51.214 empregados, com abertura de 1.609 postos de trabalho em doze meses (no trimestre, foram fechados 835 postos de trabalho). Foram fechadas 307 agências e 104 PABs em relação a setembro de 2021.



O diretor da Fetec-CUT/CN José Anilton avalia que o resultado do Santander no terceiro trimestre de 2022 acende pontos de alerta, como a redução do lucro e o fechamento de agências e PABs. “Estamos atentos para resguardar os direitos dos bancários”.

ASSALTO AO BRADESCO: BANCO É ACUSADO DE CORTAR INVESTIMENTO EM SEGURANÇA

Um assalto a uma Unidade de Negócios do Bradesco em São Paulo no dia 19 de outubro reacendeu a discussão sobre a segurança das agências, tendo em vista que o local não possui porta giratória nem vigilante.

O Bradesco está transformando diversas agências em Unidades de Negócios, reduzindo custos com segurança e vigilância. Em 12 meses o banco fechou 242 agências e abriu 92

novas Unidades de Negócio. Por não possuir porta giratória e vigilante, esse modelo se torna bastante inseguro.

“O Sindicato condena de forma veemente esse tipo de postura do banco, que visa somente o lucro. Tal procedimento caracteriza negligência com seus funcionários, ao expô-los a tal situação de insegurança nas agências de negócios, num total desprezo à vida”, critica **Raimundo Dantas**, diretor do Sindicato.



ARTIGO

INSEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL E O PROJETO DO SINDICATO 'QUEM TEM FOME TEM PRESSA'

Conforme definição dada pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, na sigla em inglês), a insegurança alimentar é um fenômeno que ocorre quando um indivíduo não possui acesso físico, econômico e social a alimentos de forma a satisfazer as suas necessidades diárias.

O IBGE classifica a insegurança alimentar em três níveis: leve, moderada e grave, sendo a grave caracterizada pela falta de comida, chegando à condição de fome.

Dados do mesmo instituto, levantados em 2018, revelam que 41% da população brasileira convivem com a insegurança alimentar. Em 2020, esse problema, nos níveis moderado e grave, atingia 30% da população mundial, enquanto na África saltava para 60%.

É justo afirmar que ações foram adotadas há cerca de 20 anos pelo governo brasileiro, e que esse desafio persistente parecia superado. No entanto, o atual governo brasileiro sequer elaborou qualquer levantamento relativo ao assunto ou às pessoas em situação

de fome. Cabe ressaltar que os acontecimentos ocorridos a partir de 2016, somados à má gestão governamental (política e econômica) e à pandemia, potencializaram a desigualdade social e essa situação. Os dados acima estão disponíveis no site da FAO, da Rede PENSSAN e do IBGE.

De acordo com a Oxfam Brasil, na década de 70, no período da ditadura militar no Brasil, a segurança alimentar estava diretamente associada à autosuficiência na produção de alimentos de um país. Se assim considerássemos, no Brasil não haveria insegurança alimentar, mesmo com cerca de 33 milhões de pessoas em situação de fome.

É necessário que o governo brasileiro retome políticas que levem à erradicação da fome e das desigualdades, pois é alarmante o crescimento dessa situação nos últimos anos.

Diante de tais fatos, em maio de 2021, o Sindicato dos Bancários de Brasília, representando seus bancários, criou a Ação Solidária de Doação de Cestas para Famílias em Situação de Fome.

Atualmente, a Secretaria de Relações com a Comunidade é dirigida por mim, Robson Neri, funcionário de carreira do BRB, e posso garantir que a minha dedicação será incondicional para atender às comunidades com pior IDH e taxa de desemprego, de modo a amenizar suas necessidades.

O atendimento não se limitará à entrega de cestas básicas, mas estará voltado às necessidades emergenciais, como por exemplo, a entrega de agasalhos e cobertores em períodos frios. Conto para isso com a dedicação e a mobilização da categoria bancária e cidadãos brasilienses que tenham o interesse em ajudar.

É um absurdo e muito triste viver num país onde se batem recordes de produção de alimentos perante o mundo e sua população passa fome. A desigualdade social é muito grande e cresce a cada dia.

Com base nesses dados, os desafios do combate à fome e da redução do número de pessoas em situação de insegurança alimentar serão enormes para o presidente eleito, que, entre vá-

rias ações, deverá intensificar uma política de proteção social, reduzindo a desigualdade e aumentando a capacidade de compra de alimentos necessários e saudáveis, de forma a erradicar esse grave problema - sendo preciso, para tanto, firmar um pacto entre a sociedade civil e os governos.



Robson Neri é secretário de Relações com a Comunidade do Sindicato

20 DE NOVEMBRO: DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA TERÁ PRETITUDE NO EIXO

O Sindicato vai juntar arte e protesto num só evento para celebrar o Dia da Consciência Negra. É o Pretitude no Eixo, que vai reunir no próximo dia 20, um domingo, numa programação espe-

cial, a banda Deus Preto, a banda Seu Preto e a cantora Dhi Ribeiro, além de DJ.

Anote aí. O evento terá início às 9h, na altura da 208 Norte. Mais informações no portal bancariosdf.com.br. Não perca!

BÔNUS SINDICAL: SINDICATO COBRA ENVIO DE DADOS DOS BANCOS PARA ABERTURA DE PRAZO PARA MANIFESTAÇÕES

EXPEDIENTE

INFORMATIVO **bancário**



bancariosdf.com.br



Filial do



Centro Norte

Presidente Kleyton Morais | Secretária de Imprensa Fabiana Uehara | Conselho Editorial Kleyton Morais (BB), Antônio Abdan (Caixa), Edson Ivo (BRB) e Washington Henrique (Bancos Privados)
Editor Renato Alves | Redação Joanna Alves, Mariluce Fernandes e Evando Peixoto (colaboração) | Diagramação Caio César Reis | Sede SHCS EQ 314/315 Bloco A, Asa Sul, CEP 70383-400
Contatos (61) 3262-9090 – imprensa@bancariosdf.com.br | Tiragem 6.000 | Distribuição gratuita | Todas as opiniões emitidas neste informativo são de responsabilidade da diretoria do SEEB-DF